

José Geraldo A. B. Poker
(FFC-Unesp. jgpoker@marilia.unesp.br)

Mesa 5

OS LIMITES E POSSIBILIDADES DA COMPREENSÃO COMO RECURSO METODOLÓGICO NAS CIÊNCIAS SOCIAIS, CONFORME A PERSPECTIVA DE HABERMAS

Resumo

A despeito de ser bastante estudada atualmente, devido à sua extensão e complexidade, alguns temas da teoria produzida por Habermas permanecem pouco explorados para efeitos de promoção de debates e análises no âmbito acadêmico. Esta foi a razão que orientou a escolha por focar aqui as reflexões realizadas por Habermas em torno das contingências que cercam a produção do conhecimento nas Ciências Sociais, que resultaram na elaboração da proposta da reconstrução racional, construída para atender a especificidade de uma pauta de temas de interesse do autor. Isto se encontra registrado na obra *A lógica das Ciências Sociais*, publicada originalmente em 1982, e que reúne textos escritos pelo autor desde o final da década de 1960. Estas reflexões também orientaram a elaboração de *Ciências Sociais reconstrutivas versus ciências sociais compreensivas*, um texto escrito por Habermas em 1980 e publicado na coletânea de artigos intitulada *Consciência moral e agir comunicativo* (Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro: 1987). A partir disto, realizou-se a análise da proposta metodológica oferecida por Habermas, com o objetivo de avaliar a sua condição de inovação na produção de conhecimentos no terreno abrangido pelas Ciências Sociais, sobretudo enfocando a forma pela qual Habermas evoca a compreensão como principal instrumento reconstrutivo.

Um dos grandes desafios ainda não superados pela ciência em geral, e que afeta diretamente as Ciências Sociais consiste na produção dos conceitos com os quais os cientistas podem interpretar os fatos ou fenômenos da realidade. No caso das Ciências Sociais, a produção de conceitos se torna muito mais problemática que em outros campos do conhecimento, em grande parte devido ao alto grau de subjetividade que envolve as pesquisas e a construção dos modelos teóricos.

Isso significa que o conhecimento próprio das Ciências Sociais pode sofrer afetações as mais diversas, derivadas da condição do cientista enquanto ator social. Notadamente, a produção de conhecimento nas Ciências Sociais pode ser influenciada pelas preferências pessoais, de ordem estética, ética, religiosa ou política, resultantes da posição do cientista no cenário das disputas inerente à vida na sociedade ocidental.

Apesar de ser este um fator de comprometimento por si só demasiadamente relevante, o conhecimento das Ciências Sociais pode ainda sofrer uma série de outras afetações. Não se deve esquecer que nas ciências sociais, todo conhecimento obtido pelas pesquisas deve buscar

sua validade na demonstração argumentativa, dadas as limitações da comprovação experimental neste campo do saber.

O que se quer dizer com isso é que o conhecimento nas Ciências Sociais tem como característica ser essencialmente discursivo. E o discurso científico não é apenas composto para expressar a interpretação de um pesquisador sobre um fato qualquer. É composto também para referir-se ao consenso que consubstancia o discurso dominante na comunidade científica da qual o pesquisador participa.

Nesse sentido, há que se ressaltar que a imitação dos modismos verbais pelo cientista tem conseqüências graves para a ciência. Sem atentar para a adequação necessária que deve existir entre a construção da explicação científica e o fato que visa explicar, o cientista interpreta e explica fatos cuja existência ou relevância apenas o são para aqueles que se agrupam em torno de um consenso científico qualquer. Não é difícil se constituir um *sensu comum* nas ciências sociais, que pode ser evocado continuamente para legitimar o pesquisador e dar sentido aos discursos numa comunidade científica qualquer.

Tal afirmação não se constitui em novidade. Há muito tempo, T. Kuhn já tratou do problema dos consensos na prática científica, referindo-se a ele por meio da expressão *paradigma*. Para Kuhn, qualquer inovação no campo da ciência só é possível quando eventualmente um cientista consegue romper com seus próprios paradigmas para interpretar os fatos sob outras perspectivas. Enquanto o cientista permanecer dentro de um paradigma, tenderá a identificar sempre os mesmos fatos e produzir a mesma interpretação para eles.

Não bastasse serem os modismos desastrosos quando incorporados acriticamente por cientistas e pesquisadores para comporem seus discursos, as conseqüências dos enganos e falseamentos não se restringem ao campo específico da ciência, notadamente das ciências humanas. No caso do Brasil, o caminho percorrido pelos discursos científicos alcança primeiro a universidade, por ser ela o domínio próprio dos cientistas, e em seguida é levado pelos mesmos cientistas ao campo da política, pela via dos movimentos sociais, dos partidos políticos, dos sindicatos, organizações não governamentais, e das instituições estatais.

Dessa forma, os discursos baseados nos consensos científicos, que não necessariamente se referem a interpretações de fatos reais e concretos, mas àqueles que os modismos permitem enxergar, muitas vezes são empregados para fundamentar decisões e estratégias de disputa de atores políticos, e não raramente os mesmos discursos tornam-se subsídios para formulação e implementação de políticas públicas.

Na história recente do Brasil há vários exemplos que podem ser evocados para demonstrar os desencontros e desacertos provocados pela adoção de interpretações derivadas de modismos acadêmico-científicos.

Um dos casos mais exemplares dos problemas causados diretamente pelas distorções do discurso científico é o da difícil relação entre mediadores e sujeitos de movimentos sociais, notadamente os de luta pela terra no Brasil. Geralmente, assessores e mediadores nos movimentos orientam suas ações nos modelos teóricos produzidos por cientistas, que lhes define como devem proceder os sujeitos de movimentos para conquistar e manter a terra conseguida, sem considerar os interesses e projetos de vida daqueles que lutam pela terra. Por causa disso, são muitas as narrativas de desencontros resultantes da dificuldade de auto-compreensão e respeito pela alteridade, provocados pelo sistema de representação e linguagem de assessores e mediadores, que não buscam correspondência na vida dos sujeitos efetivos.

Segundo José de Souza Martins (2000, p. 75) o vocabulário de assessores e mediadores de movimentos sociais, é composto por palavras como *agrário*, *camponês*, *latifúndio*, *burguesia*, entre outras, e “não expressam de fato os conflitos e as polarizações sociais, que fluem de outro modo e por outros modos de tomar consciência das contradições sociais”. Por isso, Martins (*idem*) adverte que “*o vocabulário da luta não coincide com o vocabulário da vida*, o que quer dizer que a consciência da luta é diversa da consciência de quem quer dirigir a luta (grifo do autor).

Da mesma forma, não são poucos os casos de políticas públicas formuladas e executadas com base em modelos teóricos de validade duvidosa. Neste aspecto, cabe mencionar quase todas as políticas públicas orientadas para promoção do *desenvolvimento* no Brasil. Tais políticas quase sempre redundaram em desatino por se sustentarem em teorias criadas para explicarem fatos e fenômenos de realidades sociais específicas, historicamente localizadas. Importados e transformados em modismos científicos, os modelos teóricos transferidos para as políticas públicas se referem a fatos ou fenômenos que não necessariamente existem na realidade social brasileira.

De dentro das políticas públicas, os modismos conceituais originados nas Ciências Sociais alcançam rapidamente o terreno da Educação. É neste ponto que se pode verificar outras conseqüências da imitação conceitual, a medida que modelos teóricos são incorporados a-criticamente por agentes do Estado em seus discursos e transformados em suporte de políticas educacionais. Notadamente, este é o caso das políticas educacionais destinadas a

utilizar o espaço social e educativo da escola como meio de promoção de situações de *inclusão*, visando modificar as condições de *exclusão* na sociedade brasileira.

De qualquer maneira, seja no campo das Ciências Sociais, das políticas públicas, ou dos discursos educacionais, qualquer modismo contém o pressuposto complicado de que há uma identidade universal entre os fenômenos e fatos que ocorrem em todas as realidades sociais, desprezando a evidência de que cada realidade social é uma construção histórica, e portanto específica. Então, os modismos levam a elaboração e execução de políticas públicas visando à solução de problemas que se referem a sociedades idealizadas, apenas existentes no imaginário de cientistas sociais, ou de gestores públicos e agentes educacionais por eles influenciados.

Muito embora o esforço do cientista social e a intenção da prática científica seja a formulação de explicações lógicas e plausíveis para determinados fatos, não é fácil produzir algo assim. Mesmo seguindo rigorosamente o processo determinado por um método qualquer, nunca há a garantia absoluta de que o cientista social conseguiu produzir uma explicação plenamente objetiva sobre o fato que se dedicou a pesquisar. Isto porque o fato pesquisado pelo cientista social pertence à dimensão do *real social*, isto é, a uma ordem de fenômenos que se manifestam no âmbito da vida prática, mas cujas causas somente podem ser identificadas pela compreensão do universo intersubjetivo que orienta a conduta humana.

Como demonstraram Durkheim e Weber, a sociedade humana consiste na possibilidade da construção de consensos lógicos e morais entre um determinado grupo de pessoas. É precisamente isto o que permite a convivência de seres humanos: a possibilidade de que tais consensos sejam compartilhados é que torna as condutas individuais previsíveis e estáveis. Ou seja, de fato, a sociedade humana antes de tudo é uma *realidade mental* construída e reproduzida intersubjetivamente, um composto abstrato de normas, valores e tradições, que configuram modos de pensar, agir e sentir coletivos. Então, conseguir escapar das armadilhas da sua própria subjetividade para alcançar objetivamente a dimensão intersubjetiva que configura logicamente as ações individuais, tem sido o desafio do cientista social.

Embora sendo eles os formuladores de teorias pelas quais se pode explicar a existência e ocorrência de fenômenos sociais, os autores considerados *clássicos* nas ciências sociais, Durkheim, Weber e Marx, cada um a seu modo, também defenderam a tese de que a elaboração de conhecimentos válidos nesta área do conhecimento, como em todas as demais ciências, depende do rigor metodológico, da maneira severa pela qual o cientista social pesquisa os fatos orientando-se pelo método científico.

No entanto, há que se objetar que o rigor metodológico unicamente não basta para que sejam produzidas explicações cientificamente válidas no campo das ciências sociais. Como ensinaram os autores *clássicos*, os fenômenos e fatos sociais são manifestações objetivas de uma realidade subjetiva que se constitui mediante a necessidade da regulamentação. É este o fator que torna possíveis as relações sociais e a convivência em um grupo determinado de pessoas.

É precisamente esta a característica universal de todas as sociedades humanas, e apenas esta. Cada sociedade humana é, portanto, uma constituição única e própria dos consensos lógicos e morais que nela orientam coletivamente as condutas individuais. E isto significa que cada sociedade humana deve ser considerada como um produto histórico, como uma manifestação singular e não repetível da experiência social humana, devidamente localizada num contexto espaço-temporal.

A consequência imediata desta consideração implica a inviabilidade da transferência de modelos teóricos explicativos de uma sociedade para a compreensão de fenômenos e fatos sociais de outra. Há que se reconhecer preliminarmente que as categorias de análise e os conceitos formulados por cientistas sociais para explicar fenômenos ou fatos específicos se aplicam exclusivamente à determinada sociedade em que ocorrem e são observados. Tanto quanto as sociedades humanas são construções históricas de sujeitos históricos, as explicações das Ciências Sociais sobre elas também assim devem ser consideradas.

Observada por este ângulo, a prática da imitação e aplicação a-crítica de modelos teóricos por um cientista social deve ser considerada como contradição lógica que destitui todo conhecimento daí derivado da condição de conhecimento científico, ao mesmo tempo em que também desqualifica o seu produtor como cientista, muito embora com a imitação consiga ele certo prestígio na comunidade científica da qual participa.

Para se evitar tamanho desatino, o de propor explicações para algo existente apenas em sua mente, é preciso que o cientista social exerça seu ofício começando pelo rigoroso exame crítico das categorias e conceitos que emprega para identificar fatos e fenômenos, e formular explicações para eles. É preciso que o cientista social submeta seus instrumentos teóricos a uma avaliação de plausibilidade, que consiste em questionar a forma pela qual os conceitos e categorias que compõem o modelo teórico que ele aprecia ou que são apresentados como consenso pelos modismos, podem ser aplicados na produção de uma explicação sobre determinados fatos. A busca pelo conhecimento da realidade social implica, portanto, uma análise cujo foco sejam os fundamentos epistemológicos sobre os quais o próprio cientista estrutura suas concepções e formula as hipóteses dos fatores que contribuem para a ocorrência

dos fatos que ele pretende explicar, conforme já advertiu Weber (1973), em seus estudos metodológicos.

Isso significa que o conhecimento próprio das Ciências Sociais pode sofrer afetações as mais diversas, derivadas da condição do cientista enquanto ator social. Notadamente, a produção de conhecimento nas Ciências Sociais pode ser influenciada pelas preferências pessoais, de ordem estética, ética, religiosa ou política, resultantes da posição do cientista no cenário das disputas inerente à vida na sociedade ocidental.

Apesar de ser este um fator de comprometimento por si só demasiadamente relevante, o conhecimento das Ciências Sociais pode ainda sofrer uma série de outras afetações. Não se deve esquecer que nas ciências sociais, todo conhecimento obtido pelas pesquisas deve buscar sua validade na demonstração argumentativa, dadas as limitações da comprovação experimental neste campo do saber.

Os argumentos, por sua vez, são compostos por meio de palavras específicas, que devem ser escolhidas pelo cientista de maneira precisa para indicar inequivocamente determinadas significações, com as quais se formula conceitos que compõe um modelo teórico explicativo do real. Também por meio das palavras o pesquisador comunica os resultados de seu trabalho a outros pesquisadores que formam a comunidade científica, o ente que avalia e atribui validade a toda produção de conhecimento no âmbito da ciência.

No entanto, a escolha das palavras pelo cientista para compor seus argumentos muitas vezes não é precedida de um rigoroso exame acerca do significado preciso daquilo que se quer explicar. Muitas vezes a escolha das palavras segue critérios pouco racionais para os padrões aceitáveis da pesquisa científica. Não raramente, a escolha das palavras e a composição dos argumentos obedece a regras tácitas, contidas em modismos que eventualmente tomam conta do vocabulário utilizado para composição de conceitos e interpretação da realidade fática em determinado campo de conhecimento.

Para quem conhece o ambiente intelectual-acadêmico das Ciências Sociais é fácil observar que, nos congressos e demais encontros de pesquisadores da área, ano a ano inventa-se novas palavras para designar conceitos com os quais se nomeia e explica fatos da vida. E no esforço para integrar-se e ser aceito pela comunidade científica da qual faz parte, o pesquisador que participa dos eventos da sua área de conhecimento se vê na condição de ter de repetir as mesmas palavras e formular os mesmos enunciados que os seus pares falam e enunciam.

O que se quer dizer com isso é que o conhecimento nas Ciências Sociais tem como característica ser essencialmente discursivo. E o discurso científico não é apenas composto

para expressar a interpretação de um pesquisador sobre um fato qualquer. É composto também para referir-se ao consenso que consubstancia o discurso dominante na comunidade científica da qual o pesquisador participa.

Nesse sentido, há que se ressaltar que a imitação dos modismos verbais pelo cientista tem conseqüências graves para a ciência. Sem atentar para a adequação necessária que deve existir entre a construção da explicação científica e o fato que visa explicar, o cientista interpreta e explica fatos cuja existência ou relevância apenas o são para aqueles que se agrupam em torno de um consenso científico qualquer. Não é difícil se constituir um *sensu comum* nas Ciências Sociais, que pode ser evocado continuamente para legitimar o pesquisador e dar sentido aos discursos numa comunidade científica qualquer.

Não bastasse serem os modismos desastrosos quando incorporados acriticamente por cientistas e pesquisadores para comporem seus discursos, as conseqüências dos enganos e falseamentos não se restringem ao campo específico da ciência, notadamente das ciências humanas. No caso do Brasil, o caminho percorrido pelos discursos científicos alcança primeiro a universidade, por ser ela o domínio próprio dos cientistas, e em seguida é levado pelos mesmos cientistas ao campo da política, pela via dos movimentos sociais, dos partidos políticos, dos sindicatos, organizações não governamentais, e das instituições estatais.

Dessa forma, os discursos baseados nos consensos científicos, que não necessariamente se referem a interpretações de fatos reais e concretos, mas àqueles que os modismos permitem enxergar, muitas vezes são empregados para fundamentar decisões e estratégias de disputa de atores políticos, e não raramente os mesmos discursos tornam-se subsídios para formulação e implementação de políticas públicas.

Na busca de um instrumental alternativo e crítico de pesquisa, que permitisse superar as distorções conceituais e cognitivas acima expostas, chegou-se às reflexões e demonstrações elaboradas por Habermas e contidas em duas de suas muitas obras conhecidas. Uma delas é o pequeno texto *Ciências Sociais reconstitutivas versus ciências sociais compreensivas* (doravante CSRCSC), escrito em 1980 e publicado na coletânea de artigos intitulada *Consciência moral e agir comunicativo* (Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro : 1987). A outra obra utilizada foi *A lógica das Ciências Sociais* (doravante LCS), publicada originalmente em 1982 na Alemanha, mas que reúne textos escritos pelo autor desde o final da década de 1960. No entanto, somente em 2009 esta obra foi traduzida e publicada no Brasil (Petrópolis-RJ : Vozes, 2009).

A escolha destas duas obras em meio a tantas outras que poderiam ser igualmente estudadas, deveu-se primeiramente ao fato de serem obras que tratam da problemática da

compreensão nas Ciências Sociais e que se referem mutuamente, apesar da distância temporal que as separa.

Outra razão decisiva para a escolha, foi a de que as duas obras, além de tratarem especificamente da produção de conhecimentos nas Ciências Sociais, são obras de conteúdo com enfoque fortemente metodológico. Especialmente em CSRCSC, Habermas traça os contornos de uma proposta metodológica passível de ser aplicada de imediato para se obter conhecimentos da realidade social por meio da compreensão.

Por fim, há que se mencionar mais duas características marcantes nas obras, que as tornam fundamentais para a demonstração pretendida. Sobre tais características, é preciso destacar que em LCS, Habermas dedicou-se exaustivamente a demonstrar as formas pelas quais a *interpretação* se constitui numa condicionante inerente ao conhecimento produzido nas ciências sociais, mesmo que os próprios cientistas sociais não admitam isto, e apesar da influência predominante do modelo nomológico das ciências naturais sobre as Ciências Sociais. Desta forma, não é possível escapar da interpretação quando se trata da produção de conhecimentos nas Ciências Sociais.

Associado a isso, Habermas constrói uma argumentação voltada a analisar o recurso à *hermenêutica*, em algumas formas pelas quais ela é empregada na Filosofia, apontando os limites e as possibilidades caso ela seja utilizada para compor métodos nas ciências sociais, sobretudo pela sociologia.

E como é próprio ao raciocínio de Habermas, a argumentação foi construída por meio do exame de diferentes perspectivas teóricas sobre aspectos das implicações da problemática relação entre *compreensão* e *explicação* nas ciências sociais. Na obra inteira, em todos os textos, são diversas as teorias por ele apresentadas e analisadas. No elenco de autores escolhidos por Habermas, encontram-se Rickert, Dilthey e Weber, com destaque para Gadamer. Mas também há análises e menções sobre as proposições de Garfinkel, Wittgenstein, Piaget, Dewey e Cicourel, apenas para citar alguns filósofos conhecidos.

A hermenêutica é apresentada por Habermas como uma *arte* de compreender que todas as pessoas desenvolvem na medida em que conseguem obter o domínio de uma língua natural (p. 297). No entanto, não é esta *arte* o meio adequado à construção da compreensão para ser aplicada na produção do conhecimento nas ciências sociais.

Em relação à *capacidade* de compreensão inerente ao domínio linguístico, como ele mesmo se refere, Habermas busca em Gadamer a demarcação da hermenêutica filosófica. A diferença se estabelece nestes termos:

As coisas são diversas no que diz respeito à hermenêutica filosófica: ela não é uma doutrina ligada a uma arte, mas antes uma crítica. A saber, ela traz à consciência em uma postura reflexiva experiências que, no exercício de nossa competência comunicativa, ou seja, na medida em que nos movemos na linguagem, fazemos com a linguagem. (p. 297).

Ao que se pode acrescentar:

Portanto, a hermenêutica filosófica desenvolve, e minhas referências devem apenas nos lembrar disto, as intelecções da estrutura das línguas naturais, que podem ser conquistadas a partir de um uso refletido de uma competência comunicativa: *reflexividade e objetividade são traços fundamentais da linguagem tanto quanto a criatividade e a integração da linguagem na práxis da vida*. Um tal saber reflexivo que se sintetiza na “consciência hermenêutica”, distingue-se evidentemente do saber-fazer que caracteriza a compreensão e o próprio discurso disciplinado. (p. 302. Grifos e aspas do autor)

Devido ao fato de consistir num exercício de interpretação com base na linguagem, as possibilidades *compreensivas* da hermenêutica filosófica são praticamente inesgotáveis. Tamanha plasticidade é conferida pela condição privilegiada da linguagem em acessar diretamente um sistema simbólico e a base significativa das tradições, que constituem os fundamentos da meta-linguagem, e que por isso mesmo, são os substratos imprescindíveis a qualquer situação de comunicação. Segundo Habermas,

A hermenêutica filosófica deve à arte do compreender e do tornar compreensível a experiência peculiar de que os meios de uma língua natural são por princípio suficientes para esclarecer o sentido de quaisquer contextos simbólicos, por mais estranhos e inacessíveis que eles possam ser inicialmente. A partir de qualquer língua nós podemos traduzir para qualquer língua. Nós podemos colocar em uma ligação inteligível as objetivações das épocas mais distantes e das culturas mais afastadas com o contexto familiar, isto é, pré-compreendido. (p. 298)

Evidentemente que, devido à sua complexidade e extensão, haveria muito mais a se destacar numa análise de *A lógica das Ciências Sociais*. No entanto, por causa das restrições auto-impostas para a consecução do objetivo desta demonstração, assume-se como suficientes os aspectos da obra acima ressaltados. Para efeitos de seguir adiante, observa-se que os assuntos tratados por Habermas em todos os textos ali reunidos, apontam para a tematização original construída por Weber em torno da problemática da *compreensão*: a compreensão como forma adequada de identificar a base *subjéctiva* dos fenômenos sociais, a condição da

objetividade, o alcance e a validade das generalizações, a complicada relação com a História e o grau de aplicabilidade do conhecimento produzido.

Em CSRCSC, escrita anos mais tarde, como foi dito, Habermas referiu-se à LCS, evocando-a com o objetivo de apresentar uma proposta de investigação às ciências sociais. Tal proposta seria aquela que se tornou conhecida como a perspectiva da *reconstrução racional*, cuja finalidade consiste no esforço pela explicitação dos saberes implícitos no âmbito da ação comunicativa.

Trata-se de um texto sintético, escondido entre outros textos teoricamente mais densos, mas isso não facilita a produção de uma abordagem sobre ele, muito pelo contrário. Grosso modo, as 23 páginas escritas, incluindo as notas, são utilizadas por Habermas para repassar o percurso conceitual construído em LCS, reafirmando seus principais pontos: a relação entre a *compreensão*, a hermenêutica filosófica e o conhecimento nas ciências sociais, a relação de estreita vinculação existente entre o exercício da *compreensão* e a linguagem, de modo que não há interpretação, tampouco hermenêutica, sem a mediação da linguagem e o destaque para a perspectiva racional contida em qualquer experiência de *compreensão*, o que permitiria a sua *objetivação* e uma presumível *teorização*.

O raciocínio utilizado para a apresentação da *perspectiva da reconstrução racional* foi construído por Habermas em torno de quatro eixos de argumentação, a começar pela elaboração de um breve balanço crítico das tendências recentes de produção científica nas ciências sociais, temporalidade esta que abrange explicitamente as décadas de 1960 e 1970, dado que o texto foi escrito em 1980.

Nesta avaliação, Habermas menciona a *guinada interpretativa* nas ciências sociais na década de 1970, observando que tal abordagem fora resultado direto do fracasso do modelo nomológico nas ciências sociais convencionais (CSRCSC p. 38), observando ainda que os *paradigmas interpretativos* também se constituíram como alternativa ou resistência diante do objetivismo-positivismo e do retorno do biologismo e das explicações naturalistas da sociedade e da cultura humanas (idem, p. 39).

A seguir, Habermas define o conceito de hermenêutica que será por ele empregado na sustentação da perspectiva da *reconstrução racional*. Neste ponto, há a retomada da relação entre hermenêutica e linguagem, apresentada em LCS, com especial cuidado para chamar a atenção sobre o que tal relação implica no caso de sua utilização como estratégia de *compreensão* para a pesquisa social.

Como *hermenêutica*, Habermas designa a identificação do significado inerente a “toda expressão dotada de sentido – seja um proferimento (verbal ou não verbal), um artefacto

qualquer como, por exemplo, um utensílio, uma instituição ou um documento”. A hermenêutica pode ser aplicada a tudo isso, porque toda expressão dotada de sentido “pode ser identificada, numa perspectiva bifocal, tanto como uma ocorrência observável, quanto como objetivação inteligível de um significado” (idem, p. 39).

No entanto, se é possível afirmar que qualquer produto da atividade humana é dotado de sentido, e portanto passível de uma interpretação quanto ao significado, para se alcançar a significação de algo é preciso *participar* de ações comunicativas. Para Habermas é apenas por meio da participação, real ou imaginada em ações comunicativas de uma comunidade linguística, que se consegue efetivamente *compreender aquilo que é dito a alguém* (idem, p. 40). É preciso, para tanto, possuir o domínio da linguagem:

A hermenêutica considera a linguagem, por assim dizer, em ação, a saber, da maneira como é empregada pelos participantes com o objetivo de chegar a uma *compreensão* conjunta de uma coisa ou de uma *maneira de ver* comum. (idem, p. 41. Grifos do autor).

A hermenêutica apresentada contém a vinculação entre *compreensão* e *participação* numa ação comunicativa. Isso implica necessariamente a adoção da atitude *performativa* por aquele que pretende *compreender*. Por atitude *performativa*, Habermas designa o abandono da condição de terceira pessoa (*atitude objetivante*) para se assumir a condição de segunda (*atitude conforme a regras*), ou de primeira pessoa (*atitude expressiva*). Sobre isso, afirma Habermas:

A atitude performativa permite a orientação *mutua* por pretensões de validade (verdade, correção normativa, sinceridade) que o falante ergue na expectativa de uma tomada de posição por sim/não da parte do ouvinte. Essas pretensões desafiam a uma avaliação crítica, a fim de que o reconhecimento intersubjetivo de cada pretensão particular possa servir de fundamento a um consenso racionalmente motivado. Ao se entenderem mutuamente na atitude performativa, o falante e o ouvinte estão envolvidos, ao mesmo tempo, naquelas funções que as ações comunicativas realizam para a reprodução do mundo da vida comum. (idem, p. 42. Grifo do autor)

Para que se possa de fato compreender algo, ressalta Habermas, torna-se necessário que o interprete considere a linguagem na forma pela qual ela é empregada na vida cotidiana, situação em que a utilização da linguagem encontra-se apoiada em *situações de validade adicionais*, quer dizer num saber “mais abrangente do que o saber estritamente proposicional ou relativo à verdade”, que sustenta *pretensões de validade não cognitivas* (idem, p. 43), e que

por isso mesmo qualquer interprete somente pode ter acesso a elas mediante a participação. Então,

... uma interpretação correta não é simplesmente verdadeira, como é o caso de uma proposição relatando uma interpretação correta; poder-se-ia antes dizer que uma interpretação correta convém a, é adequada a ou explicita o significado do interpretandum que os interpretes devem alcançar. (idem)

A despeito de considerar a necessária vinculação entre *compreensão* e *participação* para a consecução da perspectiva da *reconstrução racional*, de modo algum Habermas desconhece os riscos que tal relação apresenta para a produção do conhecimento nas ciências sociais. É assim que se pode identificar a terceira parte da argumentação de Habermas no texto em questão. Neste ponto, Habermas observa a existência de quatro prováveis dificuldades a serem enfrentadas e em torno delas avalia a viabilidade científica da utilização da hermenêutica nas ciências sociais, na forma por ele proposta.

As dificuldades indicadas por Habermas se referem às conseqüências da *participação*, a começar pela “renúncia à posição privilegiada do observador”, o que implica ao interprete assumir a condição de igualdade *cognitiva* derivada da condição de igualdade *performativa* estabelecida com os demais participantes, abandonando assim a pretensão de ter algo a *ensinar* a eles. Se querem realmente *compreender* mediante a *participação*, os interpretes, segundo Habermas,

... se vêem envolvidos nas negociações sobre o sentido e a validade dos proferimentos. Ao tomarem parte em ações comunicativas, aceitam por princípio o mesmo status daqueles cujos proferimentos querem compreender. Eles não estão mais imunes às tomadas de posição por sim/não dos sujeitos da experiência ou dos leigos, mas empenhados num processo de crítica recíproca. No quadro de um processo de entendimento mútuo – virtual ou atual – não há nada que permita decidir a priori quem tem de aprender de quem. (idem, p. 43)

Habermas aponta duas outras dificuldades, que são decorrentes da interpretação mediante *participação*. Há o problema da objetivação, quer dizer, “de que aquilo que é compreendido numa atitude performativa deve ser traduzido naquilo que pode ser constatado do ponto de vista da terceira pessoa” (idem, p. 44). O interprete, nesse caso, deve conseguir explicitar todos os saberes envolvidos numa ação comunicativa, mesmo aqueles saberes de ordem não cognitiva evocados pelos participantes para sustentar as pretensões de validade.

Ligado a isso, há o problema da *neutralidade axiológica*. Por conta de sua condição de participação, o intérprete se encontra envolvido pelos mesmos saberes que sustentam as pretensões de validade não cognitivas, e, sendo assim, “juízos de valor se insinuam no discurso que constata fatos” (idem).

Às dificuldades acima apontadas, Habermas acrescenta uma outra: a dificuldade de produzir saber teórico (nomologia) por meio da hermenêutica que fundamenta a perspectiva da *reconstrução racional*. Esta dificuldade se refere ao fato de que qualquer interpretação produzida tem como contingência os aspectos que circunscrevem a existência concreta daquilo que foi interpretado. Cada interpretação, portanto, deve ser considerada como algo tão singular como aquilo a que se dedicou a interpretar num contexto fático. A princípio, Habermas admite que seria prudente à perspectiva da *reconstrução racional* também renunciar à pretensão de produzir saber teórico e lança dúvidas sobre a possibilidade de que possa ser apresentada como alternativa de conhecimento científico às ciências sociais. Sobre isso, sintetiza Habermas:

Em suma, toda ciência que admite as objetivações de significado como parte de seu domínio de objetos tem que se ocupar das consequências metodológicas do papel de participante assumido pelo interprete, que não “dá” significado às coisas observadas, mas que tem, sim, de explicitar o significado “dado” de objetivações que só podem ser compreendidas a partir de processos de comunicação. Essas consequências ameaçam justamente aquela independência do contexto e aquela neutralidade axiológica que parecem necessárias para a objetividade do saber teórico. (idem. Aspas do autor)

Em relação ao problema da objetividade do conhecimento fundado na interpretação, é preciso notar que ele não se encerra na dúvida acerca da *compreensão válida*, e avança sobre o alcance ou a abrangência do conhecimento produzido por meio dela. O desafio para a demonstração da viabilidade do emprego da *compreensão* como estratégia metodológica para as Ciências Sociais requer a busca de solução para um provável desencontro que pode ser identificado entre a condição de racionalidade no conhecimento decorrente da *interpretação* em situações de relacionamento específicas e a expectativa de construção de teorias que permitam avançar o conhecimento sobre a ação social na perspectiva científica. Um conhecimento científico da ação social construído mediante a *compreensão* deve ser suficientemente articulado em termos lógico-conceituais para que possa responder satisfatoriamente a quaisquer questionamentos que possam ser a ele dirigidos sobre a generalidade da *explicação* que pretende propor.

Na tentativa de encontrar uma solução para o questionamento da *validade* da *compreensão* e de sua viabilidade para produção de *teoria*, em CSCCSR Habermas expõe de maneira bastante breve o esboço de um método de investigação que considera as necessidades inerentes ao esforço de interpretação e suas contingências. Trata-se da proposta da metodologia da *reconstrução racional*, cuja finalidade consiste em explicitar os conhecimentos implícitos numa ação social determinada.

Como fundamento de objetividade, Habermas observa que todo esforço de *compreensão* inevitavelmente apóia-se em uma racionalidade. Para efeitos da *reconstrução* racional, descarta-se por completo as possibilidades de compreensão baseadas na empatia, ou mesmo numa possível capacidade de *descentração*, em que um intérprete poderia aspirar a se transportar *para a consciência do outro* (p. 45), e por meio desta capacidade, captar de maneira autêntica os sentidos e significados de ações e proposições. Habermas sustenta que não é possível *compreender* sem que esta disposição esteja sustentada em alguma pretensão de interpretação racional dos motivos evocados por alguém para explicar suas escolhas e estratégias em situações de relacionamento. Dessa forma,

Em certo sentido, todas as interpretações são interpretações racionais. Ao compreender – e isso significa justamente: ao avaliar razões – os interpretes não podem deixar de recorrer a padrões de racionalidade, por conseguinte a padrões que eles próprios consideram como obrigatórios para todas as partes, inclusive para o autor e seus contemporâneos (desde que estes pudessem e se dispusessem a entrar na comunicação que os intérpretes retomam). (idem, p. 47)

Conforme já foi mencionado, a possibilidade da *interpretação* necessária à *compreensão* encontra-se vinculada à disposição de participação do interprete numa situação de comunicação. Habermas reconhece que a participação pode comprometer de alguma forma a *objetividade* da observação, mas destaca que apenas por meio da participação os interpretes tem acesso ao conjunto de conhecimentos evocados pelos participantes para construir seus argumentos. E neste caso, especificamente, o *interprete-participante* consegue uma posição de *imparcialidade negociada*, porque tem acesso privilegiado à forma pela qual os demais participantes se referem à *tradição* para nela buscarem as razões necessárias à composição dos proferimentos. Se, por um lado, há uma perda inevitável de objetividade devido aos riscos inerentes à participação, por ela exigir tomadas de posição em relação a valores, que requerem juízos morais, há um ganho de objetividade à medida que apenas por meio da participação chega-se a alcançar a condição de autenticidade da subjetividade dos demais participantes, por

conta de que se pode compartilhar *razões* dentro de contextos em que elas se tornam *significativas* para sujeitos em comunicação.

A *compreensão* começa a ser construída pelo observador-participante quando ele tem acesso ao conjunto de conhecimentos cognitivos e não cognitivos evocados pelos falantes em uma situação de comunicação. E neste caso, para Habermas, o “paradigma da interpretação para a hermenêutica é a interpretação de um texto da tradição” (idem, p. 46).

E para alcançar a *tradição* que dá sentido aos proferimentos, Habermas indica um caminho aparentemente simples ao observador-participante. Trata-se da estratégia de manifestar desconhecimento ou de provocar deliberadamente distorções nas condições de validade em que os demais participantes apóiam seus proferimentos. Os contrastes propositadamente criados na relação entre os proferimentos e o contexto a que se referem, provocam *transtornos de comunicação*. São eles que permitem ao observador colocar-se em outras perspectivas na situação comunicativa, e assim esclarecer, com o auxílio dos demais participantes, os fundamentos racionais, e portanto *objetivos*, mediante os quais as *tradições* são concretamente evocadas para atribuir sentido a proposições. Ou melhor, nas palavras de Habermas:

Os intérpretes parecem inicialmente compreender as frases de seu autor, mas, em seguida, fazem a experiência desconcertante de que não compreendem adequadamente o texto, isto é, não a ponto de poderem responder, se fosse o caso, a questões do autor. Os intérpretes tomam isso como indício do fato de que continuam a referir o texto a um contexto diferente daquele em que o texto estava de fato inserido. Eles têm que rever sua compreensão. (idem)

O intérprete-participante alcança a *objetividade* na compreensão à medida que consegue identificar nos meandros da racionalidade das proposições, as *razões* pelas quais “o autor – na crença tácita de que determinados estados de coisas existem, de que determinados valores e normas são válidos, de que determinadas vivências podem ser atribuídas a determinados sujeitos – faz em seu texto determinadas asserções, observa ou fere determinadas convenções e por que dá expressão a determinadas intenções, disposições, sentimentos e coisas parecidas” (idem).

Para Habermas, a *compreensão* proporciona a construção de um conhecimento diferenciado ao cientista social, desde que ele, mediante a participação, alcance dois níveis de entendimento sobre a situação. Um deles consiste na possibilidade de *avaliar as razões* empregadas pelos falantes em suas proposições. E caso consiga *avaliar as razões*, o cientista social adquire a mobilidade de poder transportar-se para a perspectiva dos falantes, à medida

que o conhecimento das *razões* lhe permite observar, inclusive, o leque de possibilidades simbólicas de conhecimentos cognitivos e não cognitivos, e que estiveram disponíveis para serem escolhidos na composição de proferimentos pelos falantes. Por meio deste conhecimento, pode o interprete observar a *racionalidade* dos argumentos, porque pode *avaliar* as escolhas feitas pelos participantes sobre a melhor forma de construí-los.

Os requisitos para atingir a *compreensão*, segundo Habermas, são estes:

Os intérpretes compreendem, pois, o significado do texto apenas na medida em que percebem *por que* o autor se sentia com direito a avançar determinadas asserções (como verdadeiras), a reconhecer determinados valores e normas (como corretos) e a exprimir determinadas vivências (como sinceras) (ou, conforme o caso, a atribuí-las a outrem). Os interpretes têm de aclarar o contexto a que o autor manifestamente não pode deixar de pressupor como o saber compartilhado pelo público contemporâneo dele ... (idem)

Habermas defende sua proposta de investigação social baseada na interpretação, ressaltando que a perspectiva da *reconstrução racional* pode ser uma alternativa metodológica viável às ciências sociais, por se constituir numa forma de conhecimento que contém três qualidades. A perspectiva da *reconstrução racional* proporciona ao cientista produzir um saber sobre as ações ao mesmo tempo *crítico*, *construtivo* e *teórico*.

Para Habermas, a condição *crítica* da *reconstrução racional* deriva do fato de que “as reconstruções racionais explicitam as condições de validade de proferimentos”, e por isso “elas também podem explicar casos desviantes (idem, p. 48).

Quanto à condição *construtiva*, ela está ligada a potencialidade da *reconstrução racional* “fixar novos padrões analíticos”, à medida que “as reconstruções racionais empurram as diferenciações entre as pretensões de validade particulares para além dos limites que a tradição ensinou” (idem).

Em relação à *teoria* produzida por meio da *reconstrução racional*, Habermas entende que seja possível produzir um “saber *teórico* competitivo” (grifo do autor), desde que haja “sucesso na análise de condições de validade muito gerais”. Neste caso, “as reconstruções racionais poderão surgir com a pretensão de descrever universais” (idem).

No entanto, a capacidade de produção teórica não deve entusiasmar demasiadamente os cientistas sociais que buscam alternativas metodológicas viáveis. Habermas aponta para a precaução quanto à probabilidade de que as potencialidades apresentadas na perspectiva da *reconstrução racional* venham a contribuir, também elas, para a produção de conhecimentos distorcidos sobre as ações sociais, e que inevitavelmente são apresentados na forma de

“fundamentações últimas” (idem). Antes de tudo, é preciso que o cientista social admita a condição de falibilidade inerente a todo tipo de conhecimento humano, devido ao fato de que todo conhecimento será sempre tributário e envolvido por alguma *subjetividade*. A advertência se faz nestes termos:

Por isso, é importante ver que *todas* as reconstruções racionais, assim como os demais tipos de saber só têm um status hipotético. Pois é sempre possível que eles se apoiem numa escolha errônea de exemplos; elas podem obscurecer e distorcer intuições corretas e, o que é mais freqüente ainda, generalizar excessivamente casos particulares. (idem, p. 49. Grifo do autor)

Depois disto tudo, a pretexto de uma conclusão, retoma-se o pressuposto inicial de as Ciências Sociais constituem-se em saberes eminentemente discursivos, e é neste contexto que o cientista social produz conhecimentos sobre aquilo que lhe chama a atenção no mundo em que realiza sua experiência existencial e histórica. E como ser-no-mundo, o cientista social interpreta o contexto em que vive, utilizando para isto referências que obtém mediante a participação dele numa comunidade lingüística bastante restrita. São estas características que acentuam a condição de subjetividade que marca o conhecimento produzido nas Ciências Sociais, como já analisou Weber (1973), na conhecida obra “Sobre a ‘objetividade do conhecimento nas Ciências Sociais e na Ciência Política”, e esta condição, segundo o próprio Weber, limitaria sobremaneira a utilidade prática das Ciências Sociais, inclusive o aproveitamento para a política.

A proposta da *reconstrução racional* feita por Habermas para as Ciências Sociais, como tentou-se defender aqui, pode oferecer saídas metodológicas para as limitações aplicativas do conhecimento produzido pelo cientista social. Se devidamente circunscrita pela condição de falibilidade, na proposta interpretativa/compreensiva de Habermas, há a possibilidade de se produzir conhecimento normativo, que seja ao mesmo tempo crítico, prático, explicativo e emancipatório da realidade social, com chances de superação dos vícios advindos dos modismos e da tendência etnocêntrica, que espreita as Ciências Sociais desde suas primeiras formulações.

Referências Bibliográficas

HABERMAS, J. Ciências Sociais reconstrutivas versus Ciências Sociais Compreensivas. In: *Consciência moral e agir comunicativo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

_____ *A lógica das Ciências Sociais*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2009.

_____ *Obras escolhidas de Jurgen Habermas*. Fundamentação lingüística da sociologia. vol. I. Lisboa: Edições 70, 2010

_____ *Técnica e ciência como ideologia*. Lisboa: Edições 70, 2007.

_____ *Knowledge and human interests*. John Wiley Professio, 1991.

MARTINS, J. S. *Reforma agraria –o impossível diálogo*. São Paulo: Edusp, 2000.

POKER, J. G..A. B. *Os sentidos da compreensão nas teorias de Weber e Habermas*.

TRANS/FORM/AÇÃO, vol. 36, 2013. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-31732013000400014&script=sci_arttext.

WEBER, M. *Metodologia das Ciências Sociais*. 2 ed. São Paulo: Cortez. 1973.